
A fumicultura percebida pelos pés: A propósito da recusa a um Equipamento de Proteção Individual (EPI)¹

Yves Marcel Seraphim²

Resumo

Esse artigo explora a razão para a recusa a Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) nas atividades da fumicultura no Alto Vale do Itajaí, SC. Nesse sentido, primeiro se apresenta a característica central do cultivo industrial do tabaco, o ritmo, o qual explica a ininterruptão dos serviços em variadas condições ambientais. Em seguida, parte-se de um conhecimento ambulante de fumicultores e fumicultoras a fim de demonstrar como os pés percebem as variações do ambiente, só assim mantendo o andamento da produção. Assim, tomando os EPIs como objetos técnicos – em especial, a bota – evidencia-se a incoerência na exigência de um apagamento da sensibilidade às variações ambientais, condição igualmente produtiva. Por fim, é realizada uma crítica a certas explicações oferecidas à rejeição ao EPI, cujos princípios pouco engajados nas atividades dos agricultores, levam a perguntas imóveis que falham em captar os vultos de um pensamento móvel e que se dá no chão.

Palavras-chave: Antropologia da técnica. Fumicultura. EPIs. Ritmo. Objeto técnico

Abstract

This article explores the reason of the refusal to Personal Protective Equipments (PPEs) in tobacco growing tasks in Alto Vale do Itajaí, SC. First, it is shown, in this regard, that the central attribute of industrial tobacco cultivation is the rhythm which explains the ceaselessness of tasks on various environmental conditions. Next, the tobacco growers' ambulant knowledge becomes the analysis' starting point in order to demonstrate how the feet perceive variations of the environment, only then maintaining production's pace. Thus, taking the PPE as technical objects – especially, the boot – it is highlighted the incoherence on the requirement of an erasure of sensibility to variations, an equally productive condition. At last, it is conducted a critique of certain explanations offered to the rejection to the PPE, whose shortly engaged principles leads to inert questions that fail to grasp the moving silhouette of minds which are mobile and that happen on the ground.

Keywords: Anthropology of techniques. Tobacco growing. PPEs. Rhythm. Technical object

¹ Uma primeira versão do texto foi apresentada nas Jornadas Antropológicas 2019 (PPGAS/UFSC). Agradeço a Bárbara, Ítalo e Ivan, coordenadores/debatedores do Ateliê de Pesquisa do qual participei. No mais, pelo debate acerca da pesquisa mais ampla agradeço a Raquel Mombelli, Jérémy Deturche e Rafael Devos e aos membros do CANOA (Coletivo de Estudos em Ambientes, Percepções e Práticas)/PPGAS-UFSC. Por fim, sou grato aos comentários dos pareceristas que contribuíram para a constituição final deste texto.

² Mestrando em Antropologia Social pelo PPGAS/DAN da Universidade de Brasília (UnB) e bacharel em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde realizou a presente pesquisa junto ao Coletivo de Estudos de Ambientes, Percepções e Práticas (CANOA). Atua na interface entre Antropologia do Camponato e Antropologia da Técnica. No momento, volta-se ao estudo do camponato do Planalto Sul catarinense, com atenção especial às técnicas agroextrativistas na safra do pinhão.

"[...] Enquanto que viver com um grupo de pessoas geralmente significa caminhar com elas, é raro encontrar etnografias que reflitam sobre o caminhar em si" (Ingold & Vergunst, 2008:3).

Após pelo menos três meses de visitas e conversas em diversos estabelecimentos agrícolas fumicultores no Alto Vale do Itajaí, onde pude encontrar dezenas de agricultores e agricultoras das mais variadas idades e com eles trabalhar na roça, constatei nunca ter me deparado com o uso completo ou constante dos Equipamentos de Proteção Individual (doravante EPIs). No Sul do Brasil, o cultivo do fumo (*Nicotina tabacum*) é conduzido em pequenas propriedades de posse de famílias que, na maioria dos casos, produzem dentro do centenário Sistema Integrado de Produção do Tabaco, no qual se estabelece um contrato anual de compra e venda entre uma empresa fumageira (vende assistência técnica e insumos; compra a safra) e uma família produtora (vende a safra; compra assistência técnica e insumos)³. Como dita o contrato, caso a propriedade integrada não possua os EPIs requisitados ou aceitos pela fumageira, ela os fornecerá – contabilizando tal custo no sistema de débito do contrato.

Em suma, todos fumicultores e fumicultoras com quem estive descumprem, ainda que não intencionalmente, o contrato com as empresas e, no entanto, muitos são considerados na região, inclusive pelos técnicos agrícolas das fumageiras, produtores exemplares, haja vista a quantidade e a qualidade da produção que desenvolvem. O objetivo desse artigo é demonstrar que não é fortuita a relação entre o descumprimento contratual do uso dos EPIs e a viabilidade de uma boa produção. Pelo contrário, o que se constata é que a dialética entre proteger e produzir é apenas a aparência de uma contradição, pois no que diz respeito à inserção dos EPIs no cotidiano de trabalho, é consensual – entre fumicultores e empresas fumageiras – o fato de que a produção engloba e, se convier, eclipsa qualquer proteção.

A empreitada argumentativa ocorrerá por meio da etnografia de um deslocamento da fumicultura: os modos de caminhar na roça durante a colheita. Com base na provocação de Tim Ingold (2015) que convida a antropologia a escrever sobre

³ Apesar de a unidade de trabalho ser, de fato, familiar, é necessário salientar que os contratos são estabelecidos entre a empresa e um indivíduo, quase sempre o homem mais velho em idade apta ao serviço, ou seja, o 'pai de família'. Esse detalhe é acionado por parte das empresas para escapar de eventuais responsabilidades com problemas (de saúde, de escolaridade etc.) referentes os demais componentes da família, especialmente crianças, idosos e mulheres.

humanos e suas técnicas a partir do chão e dos pés, convém estudar a fumicultura levando em conta as relações habilidosas entre pés, calçados e roça. É uma vez que universo podal e produtivo do cultivo do tabaco⁴ não existe senão em movimento, coube ao etnógrafo se movimentar conjuntamente. Logo, tendo em vista o fato de que os modos de agir em campo acarretam diferentes perguntas e possibilidades à pesquisa, parte do artigo se ocupará em demonstrar e discutir as potências do engajamento etnográfico (Sautchuk & Sautchuk, 2014) enquanto processo heurístico em que habilidades se evidenciam através da inabilidade do pesquisador e em que o concreto é fonte pertinente da reflexão antropológica. Dessa forma, há de se apresentar com a recusa do EPI, sob a definição de objeto técnico, alguns limites de perguntas inertes para realidades em movimento.

O ritmo

Nos dias em que as nuvens do Alto Vale se desmancham em gotas cadentes, quem cruza as estradas locais sente falta do movimento de longínquas silhuetas que em outras condições estariam trabalhando nas roças de cebola, milho ou feijão, ou nas hortas de aipim. Durante as chuvas, o serviço nesses cultivos é interrompido. No entanto, nos morros, há de se avistar algumas roças diferentes, donas de um forte verdume e onde movimentos humanos não cessam por causa das chuvas. O que se enxerga é o fumo e os seus trabalhadores.

A colheita do tabaco ocorre sob sol e sob chuva. Não há quem não mencione esse fato como um diferencial da fumicultura. Alguns agricultores que conheci, hoje em outros cultivos, diziam não suportar a lida no fumo e tampouco escondiam o descontentamento em haverem trabalhado debaixo dos temporais típicos do verão, época da colheita. Os atuais fumicultores e fumicultoras, por sua vez, também não apreciam as idas à roça debaixo d'água. Quando eu estava com a família de Solange e Ari, e sua nora, Lídia, fitava o horizonte que conjugava os fumais e as nuvens escuras e sugeria que fossemos logo à roça, mesmo com a chuva iminente, pois, assim, no dia seguinte a família não precisaria acordar tão cedo para compensar o serviço adiado.

⁴ Virgínia é o principal tipo de tabaco plantado no Alto Vale do Itajaí, e presente em todas propriedades em que estive. Com esse tipo, colhem-se gradualmente as folhas enquanto o caule da planta permanece na roça.

Ambas as opções não eram animadoras, porém, uma vez que há fumo na roça, não há tempo a se perder, todos nos levantamos e nos dirigimos ao serviço molhado.

Como tratei em outro momento (Seraphim, 2019), segundo os habitantes do Alto Vale do Itajaí, a fumicultura se distingue das demais agriculturas locais pelo critério do ritmo. Nesse caso, o ritmo se refere à ininterrupção dos serviços, em especial a partir da colheita, a qual, além do trabalho dentro da roça, é diariamente complementada por atividades na estufa de cura, máquina instalada na propriedade fumicultora e responsável pelo processo de secagem das folhas colhidas. Dado que a operação térmica da estufa deve ser acompanhada regularmente, é comum encontrar camas ou barracas dentro dos galpões onde se montam as máquinas a fim de que algum membro da família trabalhadora acompanhe e regule a temperatura do processo em diversos instantes ao longo da madrugada. Caso a estufa não seja bem vigiada, e até mesmo quando ela o é, podem ocorrer incêndios capazes de destruir não apenas o fumo curado e estocado⁵, mas também boa parte da infraestrutura da propriedade, infelicidade que pude presenciar em campo.

É nesse caráter ininterrupto da fumicultura que a permanência na roça em meio a chuvas encontra explicação. Pode-se dizer que esses serviços molhados são tributários de dois aspectos complementares. De um lado, há pressa em colher, decorrente do receio de que as plantas maduras na roça sejam afetadas negativamente por condições climáticas extremas – queimadas pela sequência de dias ensolarados ou rasgadas pelas pedras de gelo dos granizos⁶. De outro, o calendário produtivo deve respeitar a capacidade das estufas que comportam determinado volume e que normalmente exigem de 6 a 8 dias para completar um processo de secagem.

Vale destacar que, caso não cumpram com a quantidade e a qualidade⁷ de folhas de tabaco estipulada em contrato com as empresas fumageiras (fato que pode ocorrer

⁵ Posteriormente, após boa parte da colheita, e depois da operação de secagem, começa o processo de ‘embonecar’ – amarrar certa quantidade de folhas secas em um feixe – e de enfardar o fumo, atividades que também atingem horas noturnas ou da madrugada.

⁶ Há décadas a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), entidade mediadora entre fumicultores e empresas integradoras, disponibiliza o ‘Sistema Mutualista’, conhecido na região como ‘seguro do fumo’, pelo qual, mediante anuidades pagas pelos produtores, o valor estipulado ao tabaco na roça – e só na roça – será hipoteticamente retornado aos agricultores caso tempestades com granizo destruam a lavoura. O sistema pode cobrir ainda o valor das estufas, haja vista a possibilidade de incêndios. Existe, contudo, uma permanente desconfiança por parte dos fumicultores quanto à real correspondência do valor pago.

⁷ As folhas de tabaco são vendidas às empresas através de um processo de classificação de qualidade. Não conheci um agricultor que estivesse contente com as situações de venda em que seu fumo é quase sempre ‘desclassificado’, ou seja, tem sua qualidade rebaixada segundo os insondáveis critérios das empresas, que,

principalmente por causa das citadas intempéries climáticas ou de falhas na operação da estufa), os fumicultores estarão em dívida com as mesmas. Na verdade, devido aos custos do fornecimento inicial de insumos e instrução técnica, os fumicultores se encontram envolvidos em um sistema de débito desde antes da safra, alguns em constante endividamento. Logo, parece correto dizer que trabalhar na chuva é, antes do que um dispêndio que espera otimizar o lucro, uma tentativa de evitar um agravamento da dívida. Ainda que brevemente, espero ter evidenciado o fato de que, além de ser comum, a colheita do fumo durante a chuva é coerente com as condições e exigências produtivas que emanam do contrato de integração com as empresas fumageiras.

Há, todavia, uma circunstância de primeira importância implicada no trabalho com os fumos molhados, durante ou depois de uma chuva. Trata-se do localmente infame “porre de fumo”, efeito debilitante do contato com o tabaco úmido⁸. Aliás, a chuva é somente uma das responsáveis por molhar as folhas do fumo. O orvalho da manhã, o suor dos trabalhadores em atividade ou mesmo a alta umidade relativa do ar são suficientes para provocar a umidade propícia à absorção da nicotina do tabaco pelo corpo de fumicultoras e fumicultores. Uma jornada de trabalho com as folhas úmidas basta para que alguns trabalhadores passem mal com sintomas de náusea, vômito, dor nas juntas, entre outros⁹. Como medida de proteção, desenvolveram-se equipamentos de proteção individual (EPIs) específicos para a colheita do tabaco úmido.

Em um cartaz de segurança de uma grande empresa fumageira entregue aos integrados, lê-se:

“Tabaco verde úmido: como se proteger?

Utilizar a vestimenta impermeável de colheita, composta por calça, jaleco e luva de nitrila. *O calçado deve ser impermeável*, apropriado ao uso agrícola”
(grifo nosso)

segundo os produtores, desprezam as características listadas em lei nacional pela Instrução Normativa nº 10, de 13 de abril de 2007 por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

⁸ A absorção contínua de nicotina (molécula hidrossolúvel, daí o agravamento em ambientes úmidos) pode levar à Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT) [*Green Tobacco Sickness (GTS)*], enfermidade relativamente pouco estudada, especialmente no Brasil. Sobre o assunto ver Riquinho e Hennington (2014) e Cargnin (2018).

⁹ Tamanho é o reconhecimento local do “porre de fumo” que, após experienciar tal condição debilitante, passei a ser identificado como o “rapaz de bigode que teve porre trabalhando no Ari”.



Figura 1 – Cartaz de uma empresa integradora a respeito do uso de EPI relativo ao tabaco úmido.

É minha tarefa agora lançar o leitor ao início do artigo, onde comentei que nenhum dos fumicultores, bem como nenhuma das fumicultoras que encontrei, fazia o uso completo e constante dos EPIs. Isso se aplicava a situações de aplicação de agrotóxicos em que outros EPIs estão envolvidos e à situação acima ilustrada do manuseio do tabaco úmido. Esse texto há de se ater somente ao segundo tipo de situação de perigo e proteção, qual seja os equipamentos supostamente empregados a fim de impedir a overdose de absorção de nicotina causadora do “porre de fumo”. Além de ser o cenário com o qual mais me deparei em campo, acredito que dessa forma a análise particular da fumicultura será ressaltada. No mais, antes ainda do esforço em apresentar alguma explicação à recusa dos EPIs, em especial àqueles que concernem o manuseio de tabaco úmido, é preciso delinear as relações estabelecidas entre pés, botas e solo como a força motriz de uma análise que entende modos de deslocamento como essenciais na compreensão da dinâmica entre produção e proteção no cultivo de tabaco.

A (fumi)cultura no chão

Na primeira vez em que fui trabalhar na roça de Ari, Solange e família, eu calçava um par de botinas de borracha recém adquiridas para que meu serviço rendesse bem. No entanto, quando fomos à roça debaixo de chuva aconteceu o oposto. Eu já ficara desconfiado ao notar que eu era o único indo à roça calçado. Os demais estavam descalços enquanto caminhavam pelas carreiras da lavoura e colhiam as folhas do fumo. A suspeita de que eu fazia algo errado se confirmou quando a sola da botina se encheu do solo molhado da roça, o que aumentava o peso nas pernas e tornava escorregadios os movimentos ao longo das carreiras e em cima da caçamba onde depositávamos as folhas colhidas. A terra enlameada presa às botinas somava ao peso dos passos na roça, exigindo outro esforço à caminhada. As pausas na tentativa de removê-la me distanciavam ainda mais do ritmo dos trabalhadores, ininterrupto por excelência.

De início, pode-se afirmar que o episódio demonstrou, por meio das diferenças entre um etnógrafo desajeitado e fumicultores experientes, as habilidades que devem estar presentes na relação entre pés e solo para que o ritmo, condição básica da produção de fumo, seja praticado e mantido. Não obstante, convém notar desde já que durante os serviços que envolvem o fumo úmido, calçados fechados e projetados para jornadas de trabalho, como botas e botinas, são considerados EPIs e, portanto, devem ser utilizados, conforme consta no contrato de integração.

Nesse sentido, a atuação dos pés na colheita do tabaco será nosso palco analítico no que diz respeito à recusa dos EPIs. A escolha desse “universo podal” não é fortuita e a motivação de pesquisa apresenta ao menos dois traços acerca dos quais versarei. O primeiro deles, talvez mais delimitado dentro da antropologia, emerge da provocação de Tim Ingold, que, ao notar que as tecnologias do calçado têm sido naturalmente presumidas na história cultural das técnicas do corpo, escreve da perspectiva de um mundo no chão, agindo à contrapelo de um paradigma técnico que comumente reserva as habilidades humanas às mãos e suas ferramentas (Ingold, 2015:94). O segundo, por sua vez, ocorre em diálogo com pesquisas das ciências da saúde acerca dos usos e desusos dos calçados (e demais EPIs) na fumicultura no Sul brasileiro. De certo modo, a tarefa teórica e metodológica desse artigo é enozar ambas linhas argumentativas com o auxílio de um terceiro fio, a abordagem do que Sautchuk e Sautchuk (2014) chamaram de “engajamento etnográfico”. Para efetivar esse projeto é preciso retornar à roça.

Após o dia chuvoso de serviço junto à família de Ari e Solange, revisei outros momentos do trabalho de campo registrados em diário. Foi assim que um episódio na roça de Alfredo e João, seu filho, pôde ser lido de uma maneira instigante. Alfredo e eu voltávamos da roça em direção à casa para o preparo do almoço. No meio do caminho, ainda em meio aos fumais, Alfredo saltou do trator que pilotava e, com a mesma agilidade, voltou ao volante, dessa vez com um objeto escuro em seu colo. Era uma bota de cano alto de PVC. Sem que eu notasse, Alfredo trocara as botas de PVC, com as quais iniciou o serviço durante o raiar do dia, por botinas de cano baixo, menos quentes para as horas em que o sol ultrapassara o pico das montanhas do Alto Vale. Quando chegou em casa, João me contou que seu pai dividia o costume de trocar de botas ao longo do serviço com o de esquecê-las no meio da roça.

Como se observa em ambas as situações de campo – dos pés descalços na chuva e da troca de calçados durante o serviço –, a relação entre pés e equipamentos é, em primeiro lugar, variante. Aliás, a dica que recebi quando comprava um par de botas para o trabalho de campo era de que escolhesse um tamanho maior do que aquele que parece se encaixar à dimensão de meus pés durante a prova. Isso se explicava porque botas e botinas são calçados utilizados em jornadas de trabalho, durante as quais as atividades de deslocamento fazem os pés incharem. Por isso, o próprio modo de decidir qual modelo de calçado adquirir passa pelo conhecimento dessa pequena variação anatômica dos pés graças às ações constantes que os unem ao chão da roça.

Não apenas um conhecimento sobre os pés, mas um conhecimento a partir deles, tal é a proposta de Tim Ingold (2015) a fim de questionar a concepção mecanizada atribuída à ação das passadas dos humanos ditos modernos. Segundo o autor, temas caros aos seus estudos prévios, tais quais a percepção do ambiente, a história da tecnologia e a paisagem (Ingold, 2000), devem ser revisitados à luz de uma cultura no chão, não somente para acrescentar “interpretações podais” às já estabelecidas, senão para reestruturar as noções de conhecimento por meio do foco nos movimentos, sem, no entanto, reforçar as

“[...] Linhas de uma divisão entre cabeça e calcanhares, uma vez que caminhar é, em si mesmo, uma forma de conhecimento ambulatório. Uma vez que isso seja reconhecido, todo um novo campo de investigação é aberto, concernente às maneiras pelas quais nosso conhecimento do ambiente é alterado por técnicas de uso dos pés e pelos muitos e variados dispositivos que atrelamos aos pés a fim de melhorar a sua eficácia em tarefas e condições específicas” (Ingold, 2015:88).

É com a premissa de que os modos de caminhar são, eles mesmos, formas de conhecimentos pensados em ação pelos pés que mais à frente pretendo demonstrar que a recusa aos EPIs podais são o contrário de uma alegada falta de consciência por parte dos fumicultores.

De volta ao Alto Vale, parece plausível compreender a noção da variação anatômica do pé como fruto de uma sensibilidade de outras variações, notadamente ambientais, vide as mudanças de temperatura, exposição ao sol e à chuva etc. De modo geral, seria melhor dizer que não se trata apenas de uma atenção sensível às transformações cotidianas do ambiente, mas do modo como se atrela tal percepção à ação, no caso, ao deslocamento humano durante a colheita. A minha conjugação dos termos ação e percepção decorre do modo como Ingold conceitua analiticamente uma categoria cara também à fumicultura, isto é, o ritmo. Ele o descreve precisamente como o “acoplamento íntimo de percepção e ação” (Ingold, 2015:105) em um movimento teórico que busca destituir da ideia comum de ritmo certa automatização da ação na qual a eficácia da ritmicidade se conforma à medida que os sujeitos envolvidos efetivem as ações – e assim participem do ritmo – como que inconscientemente. Nesse sentido, a bem estabelecida ênfase ingoldiana na percepção permite que a sensibilidade entre em jogo de forma incontornável, uma vez que toda ação sobre um material acarreta novas responsabilidades e consequentes correções sensoriais para a eficácia das futuras ações e assim por diante.

Acredito que as variações podais descritas acima decorram justamente da sintonização rítmica entre ação e sensibilidade. Mais ainda, há motivos para justapor as categorias analítica e nativa de ritmo e convém expô-los. Se o que caracteriza o ritmo para os fumicultores é a ininterrupção dos serviços, deve-se notar que há uma correspondência entre percepção e ação, porque ao passo que o fato de se estar trabalhando permanece o mesmo ao longo dos diferentes serviços, o ambiente do trabalho se transforma, e, portanto, transforma-se também a relação entre pés e roça¹⁰. Assim, enquanto a presença do trabalho é signo de ampla continuidade (ininterrupta), a

¹⁰ Convém apontar que não se trata de um determinismo ambiental, pois, bem como o ambiente provoca transformações nas ações, as ferramentas também transformam o acesso ao ambiente, acesso processado através das ações possíveis no ambiente.

relação entre variações ambientais na roça e variações podais correspondentes representa as descontinuidades práticas da experiência laboral (na chuva, no frio, no sol etc.) e, embora pareçam antagônicas, há uma semelhança estrutural entre ambas as perspectivas do ritmo: a continuidade subjacente à descontinuidade das variações. Em outras palavras, se é verdade que o ambiente muda, o próprio fato da variação é contínuo e, com ele, as percepções do ambiente.

O propósito dessa submissão do descontínuo ao contínuo não se fundamenta aqui na investigação de algo como a estrutura do sistema de pensamento camponês do Alto Vale do Itajaí. O objetivo em questão é mais modesto, porém relevante. O que se espera demonstrar é que a correspondência entre variações ambientais e técnicas é igualmente ininterrupta, uma vez que, para garantirem a eficácia produtiva, fumicultores e fumicultoras não podem cessar de atualizar o modo como acoplam percepção e ação para se moverem na roça. Cabe agora observar de que modo os objetos podais qualificados como EPIs se inscrevem nessa dinâmica do ritmo da fumicultura e o porquê da vasta recusa a seu emprego.

Recusa a um objeto técnico

Como se tem salientado ao longo do artigo, os EPIs de colheita na fumicultura não são utilizados e urge uma tentativa de explicação dos motivos dessa recusa. Para tal empreitada dois pontos subsequentes devem ser apresentados e descritos. Em primeiro lugar, os EPIs serão estudados enquanto objetos técnicos, o que leva ao segundo ponto, a análise técnica da recusa desse tipo de objeto.

Parece não haver problemas em resumir que qualquer objeto envolto em algum curso de ação pode ser considerado um objeto técnico. Mais do que isso, evitando um determinismo material, nesses contextos de ação o objeto técnico é sobretudo um mediador (Akrich, 2014 [1987]) que consiste “numa forma de processar e transformar diferenças, na passagem entre o humano e não-humano, o orgânico e o inorgânico” (Sautchuk, 2017:197). Assim, a eficácia de um processo técnico não se encontra dentro do objeto ou do humano, tampouco fora, mas na dinâmica de forças entre um e outro.

Logo, se os EPIs em pauta estão implicados em diversos cursos de ação do trabalho na roça, é apenas lógico considerá-los objetos técnicos. Nesse sentido, mesmo a recusa de determinado objeto decorre da relação com algum curso de ação, em que sua

mediação dos atos humanos não corresponde com a eficácia esperada. Duas pesquisas etnográficas que também se debruçam sobre a recusa de um objeto técnico oferecem, afora a inspiração para o presente artigo, linhas de semelhança e diferença para a relação entre objetos e ações.

No contexto de uma vila estuarina do Amapá, Carlos Sautchuk investigou a rejeição da rede por parte pescadores de pirarucu (*Arapaima gigas*) na região lacustre – os chamados laguistas (Sautchuk, 2007, 2019). A rede pode, sim, ser eficaz em capturar peixe, porém não opera uma dinâmica essencial aos laguistas, a conjugação anfíbia entre os meios aéreo/terrestre e aquático. Tal processo – materializado, por exemplo, na própria forma do tradicional arpão local – é parte primordial da gênese do que se entende por pessoa laguista através de um amplo feixe de relações (e.g. pouca interferência no fundo d'água; confiança com o pirarucu; respeito aos espíritos donos dos peixes; moradia intermitente nas palafitas lacustres; aprendizagem paulatina de uma relação semiótica com a água).

Eduardo di Deus, por sua vez, estudou a tentativa de automatização de ferramentas agrícolas no plantio paulista de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) através do caso malsucedido do lançamento de uma faca elétrica para a extração do látex (Di Deus, 2017a). Através da perspectiva dos sangradores, ou seja, dos usuários em ação, evidencia-se que a faca elétrica não permite a sensibilidade da profundidade do corte, percepção sobretudo tátil (sentir a casca por meio do corte) perturbada pela vibração da faca, e também sonora (variação do som do corte conforme a profundidade da casca) obstruída pelo ruído do motor elétrico. A transformação que a faca elétrica provoca na relação perceptiva acarreta na dificuldade em evitar ferimentos nas cascas, os quais reduzem a produtividade da seringueira e, por conseguinte, dos próprios sangradores que em sua maioria trabalham em sistemas de parceria, na qual sua contraprestação pelo serviço é uma porcentagem da produção (Di Deus, 2017b).

O que se espera destacar é a impossibilidade de cindir algo como uma capacidade técnica do objeto (efetivar e mediar uma ação particular) de uma coerência técnica (efetivar uma totalidade de relações sociais que são o ambiente das ações). A rede pescava e a faca elétrica cortava, porém, pescar e cortar não são atos ensimesmados, e

só existem intrínsecos a determinados mundos sociais e relações de produção¹¹. Na maneira com a qual aqui abordei o universo da fumicultura, o ritmo é eleito como dimensão expressiva de relações sociais e, portanto, de onde se depreende qualquer coerência técnica. Tais relações são, antes de mais nada, relações de trabalho dissimuladas¹² e de endividamento, ambas com as empresas integradoras. São essas relações que fumicultores e fumicultoras tentam agenciar em suas técnicas de produção de fumo, ao mesmo tempo que são elas que delimitam (em certos recortes) a capacidade de ação desses sujeitos. Assim, o ritmo parece ser exemplar de ações e movimentos na roça que visam corresponder com as circunstâncias contratuais – de temor econômico – da produção integrada¹³.

Como vimos com a justaposição das categorias nativas e analíticas de ritmo, além de implicar o dispêndio da extrema continuidade laboral, estar de acordo com o ritmo é sintonizar a percepção do ambiente, em especial de suas constantes variações, às ações produtivas. O ato de caminhar não é exceção e a bota na roça molhada não medeia de forma eficaz a sintonia entre percepção e ação, uma vez que, graças ao peso da lama grudada e à sola escorregadia na madeira da carroça, desvia o esforço técnico da sucessão do gesto de quebrar as folhas de fumo, o que, ao fim e ao cabo, atrasa a colheita.

Vale notar que principal diferença entre o presente estudo e os exemplos etnográficos da rede e da faca elétrica advém do fato que um EPI hipoteticamente faz convergir duas eficácias bastante distintas, uma técnica-produtiva e outra protetiva. O que ocorre, na verdade, é oposto dessa convivência de eficácias, pois uma delas eclipsa a outra. Assim, a eficácia protetiva encobre a competência técnico-produtiva. E, no que diz respeito à coerência com o processo produtivo da fumicultura, seria talvez fácil prever o desuso desse EPI devido à inflexibilidade do objeto de proteção não correspondente à dialética rítmica de uma ininterrupção da variação. Se, no fim, o EPI eclipsa a produção enquanto o cotidiano na roça eclipsa a proteção, a análise da metarrelação entre ambas as dimensões pesa mais para a segunda, realidade pungente de milhares de agricultores,

¹¹ Ver Sigaut (1991).

¹² O tema das relações de trabalho é delicado na literatura da fumicultura, uma vez que, apesar da grande influência das empresas nos modos com os quais as atividades agrícolas são conduzidas nas propriedades dos agricultores, não há vínculo empregatício entre ambos e mesmo os produtores, dentro de uma lógica camponesa do trabalho livre, preferem se ver fora de tal relação em termos legais.

¹³ A situação econômica na fumicultura é ambígua, pois o fumo é ressaltado como uma das poucas lavouras que permite acumulação de capital por parte dos agricultores, ao mesmo tempo em que se reconhece que muitos ficam presos ao Sistema Integrado graças a endividamentos com as empresas.

em que a produção eclipsa a proteção. Assim, em boa parte dos serviços, proteger e produzir são termos inconciliáveis e melhor para os agricultores – e, não nos enganemos, para as empresas integradoras – é estar em dia com a produção.

Apesar de ser incomum abordar questões de método próximo do fim de um artigo, esse arranjo textual tem sua razão de ser. Como anunciei anteriormente, parte do meu objetivo aqui é dialogar com a literatura multidisciplinar a respeito da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da fumicultura, em particular, com as pesquisas sobre o uso e o desuso dos EPIs. Nesse sentido, outra inspiração que busco nas etnografias de Sautchuk e di Deus está em seu método (ou técnica) de condução de pesquisa em campo, em que a participação dos etnógrafos nas atividades corriqueiras de seus interlocutores (respectivamente, pesca e extração de látex) permite outras questões e respostas à antropologia. De minha parte, acredito que esse tipo de método, ainda que apenas parcialmente, dado que nem toda pesquisa é uma etnografia, possa ser frutífero para estudos sobre EPIs em diversos contextos, e em nosso caso, para a compreensão não apenas multidisciplinar, mas interdisciplinar da fumicultura.

Com essa intenção, ressalto a potência do “engajamento etnográfico” especificamente enquanto atitude de participação ativa no universo de práticas pesquisadas de modo que a empiria não se restrinja “ao que pode ser visualmente percebido ou verbalmente comunicado” – pois, como observamos aqui na perspectiva ingoldiana de um conhecimento ambulante, é preciso ir – “na direção de uma aproximação etnográfica que evitasse reproduzir o contraste entre saber e fazer, intelecto e ação” (Sautchuk & Sautchuk, 2014:576). Assim, é possível sistematizar a contiguidade entre ações e categorias nativas por meio de “uma busca pela qualificação das relações estabelecidas pelo etnógrafo nos termos locais” (ibid.). Na colheita do fumo, deve-se qualificar relações práticas conforme as variações técnico-ambientais até aqui descritas, coisa que aprendi apenas através da heurística do equívoco (ibid.:577) ao me integrar à colheita utilizando calçado em um dia chuvoso. Percebi, assim, que colher na roça molhada é diferente de colher na roça enxuta e, apesar de a primeira operação ser malquista entre os agricultores, o ritmo exige sua efetivação. Já nas pesquisas que apresentarei abaixo a lacuna está precisamente na ausência de uma “qualificação das relações”.

Nas enquetes que estudam o uso do EPI através da taxa de uso de cada uma de suas peças separadamente, e que, nesse sentido, demonstram dados específicos sobre uso de botas/botinas na fumicultura, os calçados apresentam porcentagens altas de utilização, por exemplo, 67,0% (Agostinetti et al. 1998: 52), 87,7% (Cargnin et al. 2016: 4) e 94,23% (Heemann, 2009: 93). Cá está um caso em que, pela falta de “qualificação das relações”, uma enquete de pesquisa obtém uma resposta verossímil, é verdade, mas necessariamente parcial, sem, no entanto, ter ciência dessa última condição. Com isso implico a circunstância de que, sim, é muito comum usar botas quando se trabalha na roça, mas é verdade também que há diferentes matizes práticas, que não são simples detalhes, senão distintos modos de operação na colheita conforme variações ambientais. Aliás, não se trata de exigir das pesquisas de saúde e segurança um fundamento teórico de antropologia, nem de cismar com a incompletude dos dados, algo incontornável em qualquer disciplina. O problema em questão é a falta de atenção ao principal contexto de contaminação de nicotina, isto é, os trabalhos na roça úmida.

A perspectiva pouco engajada nos serviços cotidianos por parte das pesquisas leva ainda a outros quesitos questionáveis no tocante das explicações oferecidas sobre o desuso dos EPIs¹⁴. Uma das interpretações mais comuns é a de que fumicultores e fumicultoras não empregam os EPIs porque sua utilização no trabalho seria “desconfortável” (Troian et al. 2009; Rodrigues et al. 2016; Cargnin et al., 2017; Corrêa, 2017), em especial por causa do desconforto térmico (hipertermia) nas temperaturas do verão quando ocorre a colheita. Eu mesmo pude sentir, e mais importante, ouvir dos interlocutores no Alto Vale do Itajaí, que as peças eram desconfortáveis. Não discuto a legitimidade dessa alegação; o equívoco está em lhe atribuir suficiência ou mesmo primazia argumentativa.

Um dos inconvenientes dessa perspectiva é alocar a situação de desconforto em um só serviço atrelado a algum EPI, como se tal adjetivo não pudesse descrever toda

¹⁴ A maior parte das pesquisas referenciadas trata principalmente de EPIs relativos à aplicação de agrotóxicos na fumicultura. No entanto, creio que as críticas se mantenham legítimas e pertinentes por dois motivos: 1) porque ainda são relativamente poucos os estudos sobre a DFVT (Doença da Folha Verde do Tabaco) no Brasil, em especial tematizando equipamentos que supostamente protegem os agricultores; 2) porque as considerações aqui descritas podem ser pensadas de forma ampla para EPIs em várias áreas, uma vez que o problema da eficácia é imanente ao objeto técnico. Ademais, destaco que a postura crítica que adoto não emerge de um descaso pelos dados e resultados obtidos pelas ciências da saúde; pelo contrário, é por enxergá-los com seriedade que implico em uma postura interdisciplinar tensa, porém, acredito, produtiva. E se aqui tal diálogo soa apenas como uma série de imposições antropológicas sobre outras disciplinas, devo salientar que a literatura da saúde foi essencial para o conhecimento de diversas situações sociais, cuja possibilidade de conhecer antes mesmo de entrar em campo possibilitou parte do projeto da presente pesquisa.

uma gama de atividades dessa atividade agrícola que é apelidada regionalmente de “lutar com o fumo”. No mais, há a possibilidade tácita de se concluir que se determinado serviço é tido como desconfortável quando efetivado junto a um EPI, é porque, sem a presença do equipamento, ele seria confortável. A circunstância de trabalho durante a chuva, independentemente do uso ou desuso de algum EPI, é o exato oposto do conforto, sendo, inclusive, um dos desgostos ressaltados de viver da fumicultura.

Como já pincelamos, a recusa ao EPI, bem como seu emprego, é sempre modulada conforme a coerência à produtividade¹⁵. Toda vez que uma condição produtiva estiver em risco graças a determinado objeto de proteção (em determinado modo de operação), os fumicultores ativamente o negligenciarão. A recusa ao EPI é sobretudo uma recusa técnica, o que, em nosso caso, significa a incompatibilidade de um objeto em mediar percepção e ação humana em determinado modo de operação, aquele na roça molhada, dentro do enquadre rítmico de relações sociais do Sistema Integrado da Produção do Tabaco.

Outro equívoco está em considerar que a realidade de recusa ao EPI surge da ausência, ou, se não, da insuficiência de um empreendimento educativo e conscientizante que vise fumicultores e fumicultoras (Agostinetti et al. 1998:55; Nunes, 2010:49; Cargnin et al. 2016:6; Corrêa, 2017:106). Inclusive, a recomendação de algumas pesquisas aponta a reversão dessa situação de suposta deficiência educacional – empreendimento que alguns esperam que as empresas fumageiras realizem mais efetivamente – como uma saída importante do cenário de recusa aos EPIs. Subjacente a tal explicação – e sua recomendação subsequente – está a ideia de que os sujeitos da fumicultura desconhecem os riscos que enfrentam diariamente. A perspectiva pela qual estudamos a fumicultura exige apontar outra leitura da situação.

Ao contestar as interpretações acima, não busco afirmar que as empresas cumprem bem seu papel de explicar aos integrados os riscos do cultivo e os porquês do uso do EPI. Mas não podemos nos satisfazer com um horizonte explicativo baseado somente na ausência. O que se quer implicar é, ao contrário, o fato de que, em certo

¹⁵ Em uma pesquisa que matiza os diferentes fatores que afastam os fumicultores do uso dos EPIs, os dados obtidos por Nunes (2010), ao matizar os critérios de uso de EPI, corroboram com o argumento aqui defendido. Em sua pesquisa em segurança do trabalho, a recusa aos EPIs advém, em primeiro lugar, graças às dificuldades que o uso acarreta ao trabalho, ao passo que o critério do “desconforto” figura o segundo lugar (Nunes, 2010: 43). Outro critério recorrente é o descontentamento com o preço dos equipamentos.

sentido, as ações de trabalho na roça, as quais incluem alguns EPIs e excluem outros, estão inexoravelmente envoltas em um processo de aprendizagem. Assim, a recusa ao EPI não decorre principalmente ou somente de uma nulidade educacional, senão da positividade de escolhas técnicas¹⁶ – balizadas por variados critérios sociais de eficácia – que emergem em uma aprendizagem contínua da produção.

Embora eu não tenha me detido a esse aspecto durante a pesquisa, e em que pese seu desenvolvimento ultrapasse as intenções do presente texto, vale especificar que tipo de abordagem tenho em mente. Mais uma vez com base na antropologia da técnica, pode-se investigar tal processo por meio de uma definição de “gênese” (Sautchuk, 2015), na qual a conformação de um fumicultor não se encontra encerrada na pele humana, mas na estabilização de certas dinâmicas que conjugam percepções e gestos humanos a variações ambientais, vestimentas, ferramentas, máquinas, plantas etc.

Em linhas finais, contento-me em concluir que a rejeição de um EPI, um objeto técnico, é o oposto da expressão de uma ignorância teimosa, suposto fruto de um vazio educacional. O que se passa é uma expressão lógica e pensante a partir dos pés de agricultores experientes, cuja destreza em variar os modos de se movimentar na roça é um requisito para tentarem se manter longe das dívidas com as integradoras. Assim, espera-se minar a culpa atribuída a fumicultores e fumicultoras por uma irresponsabilidade em recusar os EPIs, alegação que os captura nesse duplo vínculo¹⁷ inconciliável entre proteção e produção, ambos exigidos pelas empresas fumageiras, mas somente um deles, verdadeiramente apreciado. No fim, prevalece a produção que depende de pés-de-obra¹⁸ para que folhas de tabaco se convertam em capital, do qual, diferente dos “porres de fumo”, não se encontram tantas pegadas no caminho de volta da roça para casa.

¹⁶ Corrêa (2017), em sua dissertação a respeito da perspectiva de fumicultores gaúchos acerca dos EPIs, apresenta um exemplo que remete às possibilidades inventivas a partir dos EPIs. Um de seus entrevistados contou que apesar de não utilizar os equipamentos apropriados para o contato com o fumo úmido, ele e sua família utilizam o avental previsto para aplicação do agrotóxico, pois tal equipamento cobre a região das costelas, onde se apertam com o braço as folhas de fumo recém-colhidas enquanto se prossegue colhendo (ibid.: 81).

¹⁷ Ainda que tenha sido desenvolvido em um contexto científico bastante distinto, o conceito de duplo vínculo pode ser sumarizado como “uma situação em que não importa o que a pessoa faça, ela ‘não consegue vencer’” (Bateson et al. 1956: 251). Se o produtor prima pela segurança, não produz bem; se ele prima pela produção, não se protege adequadamente. No entanto, na fumicultura – ou em todo capitalismo –, como vimos, há uma tendência à produção enquanto contrária à segurança e à saúde.

¹⁸ Di Deus, ao observar os trabalhadores nos seringais através de suas ações e mediações técnicas, prefere tratar a “mão-de-obra” como “mãos *em* obra” (Di Deus, 2017b: Cap. 5), reforçando a imanência da prática e da habilidade no trabalho. Poderíamos, portanto, conceber também “pés em obra”, algo que, em certo sentido, o próprio autor realiza quando demonstra a importância de coordenação específica das passadas durante o gesto da extração de látex (ibid.: 173-175).

Referências bibliográficas

- AGOSTINETTO, Dirceu; PUCHALSKI, Luís Eduardo; AZEVEDO, Roni de; STORCH, Gustavo; BEZERRA, Antônio Jorge; GRÜTZMACHER, Anderson Dionei. 1998. *Utilização de equipamentos de proteção individual e intoxicações por agrotóxicos entre fumicultores do município de Pelotas-RS*. Pesticidas: Revista de Ecotoxicologia e Meio Ambiente, v. 8, pp. 45-56.
- AKRICH, Madeleine. 2014 [1987]. *Como descrever os objetos técnicos?* Boletim Campineiro de Geografia, 4 (1), pp: 161-182.
- ALMEIDA, Eva Aparecida; ZIMMERMANN, Marlene Harger; GONÇALVES, Caroline dos Santos; GRDEN, Clóris Regina; MACIEL, Margarete Aparecida; BAIL, Larissa; ITO, Carmen Antônia. 2011. *Agrotóxicos e o risco à saúde entre fumicultores*. Rev. Ciências Biológicas e Saúde, Ponta Grossa, v.17, n.2, p. 57-63, jul./dez.
- BATESON, Gregory; JACKSON, Don; HALEY, Jay; WEAKLAND, John. 1956. Toward a Theory of Schizophrenia. *Behaviural Science*, v. 1, n. 4, pp. 251-264.
- CARGNIN, Márcia Casaril; TEIXEIRA, Carolina de Castilhos; MANTOVANI, Vanessa Monteiro; LUCENA, Amália de Fátima; ECHER, Isabel Cristina. 2016. *Cultura do tabaco versus saúde dos fumicultores*. Texto e Contexto, v. 25, pp. 1-9.
- CARGNIN, Márcia Casaril; ECHER, Isabel Cristina; SILVA, Djúlia Rosa da. 2017. *Fumicultura: uso de equipamento de proteção individual e intoxicação por agrotóxico*. Cuidado é fundamental. Vol. 9 (2), pp. 466-472.
- CARGNIN, Maria Casaril. 2018. *Doença da Folha Verde do Tabaco: risco para trabalhadores rurais de um município da região Sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Enfermagem). Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.
- CORRÊA, Ana Luiza Bacelo. 2017. *Utilização de Equipamento de Proteção Individual: o entendimento do produtor*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Pelotas.
- DI DEUS, Eduardo. 2017a. *Invenção e maquinização no campo: o caso da sangria de seringueiras no interior de São Paulo*. In: Carlos Sautchuk. (Org.). *Técnica e transformação: perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017, pp. 295-326.
- DI DEUS, Eduardo. 2017b. *A dança das facas: trabalho e técnica em seringais paulistas*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- HEEMANN, Fabiane. 2009. *O cultivo do fumo e condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais* [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- INGOLD, Tim. 2000. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.

- INGOLD, Tim. 2015. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes.
- INGOLD, Tim; VERGUNST, Jo Lee. 2008. *Introduction*. In: *Ways of Walking: ethnography and practice on foot*. Surrey: Ashgate Publishing Ltd.
- NUNES, Gezziano Córdova. 2010. *Uso do EPI – equipamentos de proteção individual nas pequenas propriedades rurais produtoras de fumo no município de Jacinto Machado – SC*. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Pós-Graduação em Engenharia De Segurança no Trabalho.
- RIQUINHO, Deise Lisboa; HENNINGTON, Élide Azevedo. 2014. *Cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(12), pp. 4797-4808.
- RODRIGUES, Alcir Humberto; STADLER, Suzelaine Taize; XAVIER, César Rey. 2016. *A saúde e seus significados para famílias fumiculturas da região de Irati (PR): contingências e contradições*. *Saúde Debate*, v. 40, n. 11, pp. 220-229, out./dez.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. 2007. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. 2015. *Aprendizagem como gênese: prática, skill e individuação*. *Horizontes Antropológicos* v. 21, n. 44, pp. 109-39.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. 2017. *Matar e manter: conservação ambiental como transformação técnica*. In: Carlos Sautchuk. (Org.). *Técnica e transformação: perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017, pp. 183-211.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. 2019. *The pirarucu net: artefact, animism and the technical object*. *Journal of Material Culture*, 24(2), pp. 176-193.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel; SAUTCHUK, João Miguel. 2014. *Enfrentando poetas, perseguindo peixes: sobre etnografias e engajamentos*. *Mana* 20, n. 3, pp. 575-602.
- SERAPHIM, Yves Marcel. 2019. *Lutar com o fumo: uma etnografia da roça na fumicultura do Alto Vale do Itajaí, SC*. Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SIGAUT, François 1991. *Un couteau ne sert pas à couper mais en coupant. Structure, fonctionnement et fonction dans l'analyse des objets*. In: *XIe Rencontres Internationales d'Archéologie et l'Histoire d'Antibes*. Juan-les-Pins: Éd. APDCA.
- TROIAN, Alessandro; OLIVEIRA, Sibele Vasconcelos; DALCIN, Dioneia; EICHLER, Marcelo Leandro. 2009. *O uso de agrotóxicos na produção de fumo: algumas percepções de agricultores da comunidade Cândido Brum, no município de Arvorezinha (RS)*. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre (RS).